

Sisejufe exige

Prioridade no pagamento dos passivos para servidores

Tendo em vista a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de reconhecer o direito dos magistrados ao adicional de tempo de serviço perdido quando da transformação da remuneração para subsídio, o sindicato recebeu a informação de que o TRF, o TRT e a Justiça Federal do Rio de Janeiro já estariam calculando o valor destes pagamentos

antes de se agendar o pagamento dos passivos devidos aos servidores. Se isso acontecer, estará constituído um privilégio. O sindicato entende que o tratamento diferenciado dado aos magistrados em detrimento dos servidores fere os princípios da anterioridade do crédito, da impessoalidade e da isonomia.



Participe das

Assembléias

Pauta: Prioridade do pagamento dos passivos para os servidores

**17 de outubro, quarta-feira, 12h – Justiça Federal – Avenida Rio Branco
14h – TRT da Rua do Lavradio**

**18 de outubro, quinta-feira, 12h – Justiça Federal – Avenida Venezuela
14h – TRF**

O Sisejufe já encaminhou requerimentos administrativos ao TRF, TRT e JF para que seja observada a prioridade no pagamento de passivos para servidores. O sindicato reivindica:

- **Que os tribunais esclareçam** se há sobra orçamentária e qual o valor.
- **Que os tribunais obedeçam** a ordem de pagamento dos passivos, dando preferência aos valores reconhecidos a mais tempo do que os valores recentemente reconhecidos.
- **Que não seja quebrada a isonomia** ao se dar a preferência de pagamento para os magistrados.

Se necessário, o sindicato entrará com reclamação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou mandado de segurança para garantir o pagamento prioritário aos servidores. É necessá-

rio que a categoria se levante na defesa de seus direitos. O presidente do TRF, desembargador Castro Aguiar, informou ao Sisejufe que na próxima reunião do CNJ, que ocorrerá em 28 de outubro, no Rio de Janeiro, o requerimento de prioridade no pagamento dos passivos aos servidores estará na pauta. Também, de acordo com Castro Aguiar, estarão na pauta as reivindicações do sindicato quanto à redução da jornada de trabalho para 6 horas e a extensão do ressarcimento do auxílio-saúde para planos de livre escolha dos servidores.

É importante lembrar que se as reivindicações do Sisejufe forem atendidas na próxima reunião do CNJ, elas terão efeito nacional, beneficiando toda a categoria do Judiciário Federal.